

O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

Aluno: Evandro de Oliveira Pereira

Orientadores: Danielle Moreira, Fernando Walcacer e Isabella Guerra

Introdução

A pesquisa tem como tema “O Código Florestal Brasileiro”, e propõe uma análise do dispositivo e seus principais institutos, apresentando discussões doutrinárias e jurisprudenciais, bem como as propostas de reformulação e unificação da legislação ambiental em curso no Congresso Nacional.

Objetivos

O objetivo deste estudo é analisar a importância do Código Florestal para a preservação da biodiversidade e os possíveis danos que podem advir com a aprovação do Projeto de Lei em curso visando a elaboração de um novo Código Ambiental.

Metodologia

A pesquisa tem como base a bibliografia apresentada, aliada a análise do atual Código Florestal Brasileiro e os projetos de lei que visam à reforma da legislação ambiental, todos apensos ao PL 1.876/99, dentre os quais se destaca o PL nº 5367/09 que almeja instituir o Código Ambiental Brasileiro.

Inicialmente são apresentados os biomas brasileiros, suas características e a importância da cobertura vegetal para a manutenção do equilíbrio ecológico de toda a biosfera. O desmatamento e as queimadas são apresentados como os principais fatores destrutivos que ocasionam graves impactos ambientais como a poluição atmosférica, a laterização e a desertificação. Esta última, principal responsável pela elevação das médias térmicas dos centros urbanos gerando o efeito estufa, devido ao acúmulo de CO₂ na atmosfera.

A seguir é apresentado breve histórico da legislação ambiental brasileira e as áreas protegidas pela Constituição Federal, passando ao Código Florestal. As Áreas de Preservação Permanente, suas características e o recente entendimento do STJ no sentido de aplicar os limites estabelecidos no Código às áreas urbanas são conquistas que não admitem o retrocesso, vedado em matéria ambiental. A Reserva Legal, suas limitações e a distinção entre esta e as APPs.

As propostas de alteração do Código Florestal são uma ameaça patente à legislação ambiental, e se alicerçam em argumentos incipientes e demagogos como a necessidade de regularizar a situação dos pequenos produtores rurais e permitir o desenvolvimento econômico e social. Dentre as alterações sugeridas podemos destacar a investida contra o CONAMA, que passaria a ter caráter meramente consultivo e propositivo; a instituição do Licenciamento Ambiental Compulsório; a extinção das APPs que passam a ser denominadas “áreas frágeis”, permitindo que os limites sejam estabelecidos pelos estados com base no Zoneamento Econômico Ecológico; a mitigação do princípio da precaução, etc.

Conclusões

O Código Florestal Brasileiro é um dos dispositivos mais avançados em matéria de proteção ambiental, mas só recentemente vem adquirindo efetividade, tornando-se alvo dos setores da sociedade interessados exclusivamente na exploração econômica dos recursos naturais, não importando os resultados. Os reflexos desta atitude nefasta em relação ao meio ambiente tem gerado consideráveis danos a todo ao corpo social, o que pode ser amplamente constatado analisando-se as recentes tragédias ocorridas em Angra dos Reis e Niterói, por exemplo. A aprovação das propostas em curso significa um retrocesso que não pode ser tolerado devido às gravíssimas conseqüências às quais estaremos sujeitos, nós, e as gerações futuras.

Referências

1. ANTUNES, Pulo Bessa. **Direito Ambiental – Amplamente Reformulado**. 12ª Ed. 2009 - LUMEN JURIS.
2. MILARË, Édis. **Direito do Ambiente**. 4 Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo - Revista dos Tribunais, 2005.
3. FIGUEIREDO, Guilherme J. Purvin. **Curso de Direito Ambiental**. 3ª Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo - Arte e Letra, 2009.
4. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18ª Ed. São Paulo - Editora Malheiros, 2010.
5. SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 8ª Ed. São Paulo - Editora Malheiros, 2010.
6. MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação de Direito Ambiental, Constituição Federal**. 8ª Ed. São Paulo – Revista dos Tribunais, 2009.
7. MORAES, Luis Carlos Silva de. **Código Florestal Comentado – Com as Alterações da Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98**. 4ª Ed. São Paulo – Editora Atlas, 2009.
8. www.camara.gov.br
9. www.stf.gov.br
10. www.stj.gov.br
11. www.tjsc.gov.br